



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**AS PRÁTICAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA
NA ESCOLA MUNICIPAL OVÍDIO TAVARES DE MORAIS**

FABIANA GOMES DE LUNA

**JOÃO PESSOA – PB
DEZEMBRO – 2017**

FABIANA GOMES DE LUNA

**AS PRÁTICAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA
NA ESCOLA MUNICIPAL OVÍDIO TAVARES DE MORAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Especialização de
Educação do Campo da Universidade
Federal da Paraíba, em cumprimento às
exigências para a obtenção do grau de
Especialista em Educação do Campo.

Orientadora: Profª Drª Francisca Alexandre de Lima

**JOÃO PESSOA – PB
DEZEMBRO – 2017**

L961p Luna, Fabiana Gomes de.

As práticas curriculares na educação quilombola na Escola Municipal Ovídio Tavares de Moraes / Fabiana Gomes de Luna. – João Pessoa: UFPB, 2017.

55f. : il.

Orientadora: Francisca Alexandre de Lima

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação do Campo) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação do Campo. 2. Quilombola. 3. Práticas curriculares. I. Título.

UFPB/CE/BS

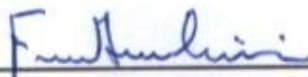
CDU: 376.7(043.2)

FABIANA GOMES DE LUNA

**AS PRÁTICAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA
NA ESCOLA MUNICIPAL OVÍDIO TAVARES DE MORAIS**

APROVADO EM: 13 / 12 / 2017

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Francisca Alexandre de Lima - UFPB
(Orientadora)



Profª Drª Ana Luisa Nogueira de Amorim - UFPB
(Professora Examinadora)



Prof. MS. Osvaldo Barbosa Maia - UFPB
(Professor Examinador)

**JOÃO PESSOA – PB
DEZEMBRO – 2017**

DEDICO

A toda comunidade de Mituaçu-Paraíba e em especial
a todos que fazem a Escola Municipal Ovídio Tavares de Moraes

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por me proteger e me guiar sempre no caminho do bem.

À Nossa Senhora, por interceder e guiar o meu caminho, sempre mostrando luz e esperança na caminhada da vida.

À minha mãe, **Maria Gomes de Almeida**, por cuidar de mim e da minha filha em todos os momentos que preciso.

À **Melissa Maria**, filha amada, pela sua existência;

A **Karl George da Silva Guerra**, marido amado, eterno incentivador dos meus sonhos.

A todos os professores que fazem parte da Especialização de Educação do Campo da UFPB.

À **Ana Luisa Nogueira de Amorim e Osvaldo Barbosa Maia** por aceitarem fazer parte desta banca.

À minha orientadora **Francisca Alexandre Silva**, pelas palavras de carinho e incentivo constante ao longo desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar as práticas curriculares na educação quilombola na Escola Municipal Ovídio Tavares de Moraes, situada em Mituaçu no Município de Conde - Paraíba. Tendo como objetivos específicos: analisar se as práticas curriculares da escola estão embasadas no contexto das políticas públicas de Educação Quilombola; analisando o Projeto Político Pedagógico no intuito de entender se este é voltado para as especificidades da comunidade local. Observar o currículo em ação, voltados para a Educação Quilombola tendo como foco as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Nossas inquietações pretendem responder os seguintes questionamentos: Existe na escola um currículo voltado para a Educação Quilombola? Quais são as dificuldades encontradas pelos educadores e educandos daquela localidade? Como metodologia utilizamos: questionários, entrevistas estruturadas e observação em sala de aula, nossa pesquisa foi realizada durante cinco encontros a escola, os encontros tiveram como objetivo: a observação, levantamento de dados, análise das metodologias e as práticas curriculares utilizadas em sala de aula. Para posteriormente respondermos as nossas inquietações. Ao longo desta pesquisa, através dos documentos, leis, decretos e observações *in loco* analisamos que a escola de um modo geral atende parcialmente aos documentos norteadores para uma Educação Quilombola.

Palavras-chave: Quilombola; Educação; Práticas curriculares.

ABSTRACT

This paper had as na aim to analyze the curricular practices in the quilombola Education in the “Escola Municipal Ovídio Tavares de Moraes”, located in Mituaçu in the city of Conde - Paraíba. This paper had another objectives: Analyzing if the curricular practices of the school is based on the context of the public policies of Quilombola Education; Analyzing the Pedagogical Political Project with the purpose of understanding if it is oriented to the specificities of the local community. Observing the curriculum in action, oriented to the Quilombola Education having as focus the pedagogical practices developed in the classroom. Our concerns intend to answer the following questions: Is there a curriculum oriented to Quilombola Education? What are the difficulties found by the teachers and students of that community? As methodology, we use: questionnaires, structured interviews and observation in the classroom, our research was conducted during the five meetings in the school, the meetings had as an aim: the observation, raising data, the analysis of the methodologies and curricular practices used in the classroom. After the methodologies we could answer our concerns. Throughout this research, we used the official documents, laws, decree and observations on site, we concluded that in a general way the school meets partially the requirements the documents oriented to the quilombola Education.

Palavras-chave: Quilombola; Education; curricular practices.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROBEX	Programa de Bolsas de Extensão
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FOTOS

1. FOTO 1 Fachada da Escola	35
2. FOTO 2 Sala de aula	36
3. FOTO 3 Sala de AEE.....	36
4. FOTO 4 Corredores com trabalhos expostos sobre a páscoa.....	41
5. FOTO 5 Alunos durante o intervalo.....	42

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CONCEPÇÕES SOBRE POVOS QUILOMBOLAS NO BRASIL	14
2.1 Reconhecimento das comunidades remanescentes quilombola.....	19
2.2 Mituaçu: comunidade remanescente quilombola.....	21
3. EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: CONCEPÇÕES CURRICULARES	24
4. METODOLOGIA: CAMINHOS PERCORRIDOS	33
4.1 Escola Ovídio Tavares de Moraes: Caracterização.....	35
4.2 Considerações sobre as práticas pedagógicas observadas.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICE	

1. INTRODUÇÃO

A Educação é um dos temas mais discutidos na atualidade, considerada um dos segmentos mais importantes ao se tratar do desenvolvimento de um país. A produção do conhecimento é um dos responsáveis pelo crescimento de um país, com ela podemos aumentar a qualidade de vida de uma população, sua renda e poder econômico, trazendo transformações sociais para a nação.

Segundo a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a educação no Brasil é de responsabilidade da família, sociedade, Governo Federal dos Estados, e dos municípios, os quais devem gerir e organizar seus sistemas de ensino.

Na LDB, em seu primeiro artigo:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996)

A educação é um processo abrangente, podendo ser desenvolvida em diversos espaços, e sendo uma prática social e política é um direito de todos. Desta maneira, exercem a função de formar sujeitos críticos, os quais lutam pelos seus direitos.

Para que a educação seja de fato de um direito de todos, precisamos voltar um pouco na história e entendermos todo o processo que perpassa desde o descobrimento do Brasil até os dias atuais.

O Brasil é construído a partir do trabalho dos índios e negros, no entanto, estes sujeitos estão historicamente às margens da sociedade. Muitos direitos lhes foram negados, inclusive a educação.

É a partir dessa vertente que nossa pesquisa se volta, no sentido de entender o passado, fazendo uma breve trajetória histórica para assim perceber as políticas educacionais hoje existentes e seus reflexos para a comunidade quilombola.

Parece que o Brasil tem avançado significativamente neste campo, porém muito ainda precisa ser feito para que todos tenham uma educação digna e de qualidade.

Ao pensarmos nestas questões educacionais, surgiu a necessidade de pesquisarmos o currículo e as práticas curriculares de uma escola quilombola. Nesta perspectiva, nossos objetivos foram: analisar se as práticas curriculares da escola estão embasadas no contexto das políticas públicas de Educação Quilombola. Procuramos entender também se o Projeto Político Pedagógico desta escola em questão é voltado para as especificidades da comunidade local.

Partindo destes questionamentos e inquietações, elegemos como escola a ser observada a Escola Municipal Ovídio Tavares de Moraes, localizada em Mituaçu, Conde - Paraíba, uma vez que esta escola atende aos nossos anseios enquanto pesquisadores, pois esta fica localizada na zona rural.

Ao pensarmos historicamente sobre a educação brasileira, nos inquietamos a ponto de querermos analisar como está sendo trabalhado o currículo numa Escola Quilombola, com foco nas práticas pedagógicas desenvolvidas. Sendo assim nos surgem os seguintes questionamentos: Existe na escola um currículo voltado para suas especificidades? Existe um currículo voltado para as suas necessidades? Quais são as dificuldades encontradas pelos educadores e educandos daquela localidade?

O nosso interesse por esta temática surgiu em 2014, enquanto estudante de graduação e bolsista do Projeto de Extensão (PROBEX/2014) da Universidade Federal da Paraíba, intitulado: “Proposta Curricular para a Educação Infantil: a pré-escola em questão”, desde então despertamos o interesse sobre o tema currículo.

Hoje, enquanto estudante de pós-graduação na Especialização em Educação do Campo surgiu à necessidade de pesquisar sobre as questões voltadas para a especificidade do curso, nesta perspectiva, durante o Seminário de Alternância I, conhecemos a Escola Ovídio Tavares de Moraes, e desde então atentamos para a Educação Quilombola. Neste contexto surgia a necessidade de conhecermos mais a fundo a escola e, sobretudo, o currículo e as práticas pedagógicas daquela instituição.

Nosso trabalho está organizado em três capítulos:

No capítulo 1, definimos o que são povos quilombolas, como surgiram, realizando um breve histórico sobre a trajetória dos negros que aqui viviam e ao mesmo tempo sobre os seus legados históricos, percebendo o quanto sua

resistência foi importante para os seus descendentes. Tratamos também sobre as comunidades remanescentes formadas por filhos de descendentes de escravos, sua identidade, cultura, religião e a luta atual para serem reconhecidos como comunidades remanescentes quilombola, e, finalmente, o recebimento do título da posse das terras.

No capítulo 2, realizamos um apanhado histórico educacionais, no sentido de perceber como era e como é a atual situação das políticas educacional voltadas para a Educação Quilombola, trazendo Leis, Decretos e Documentos para fundamentar as nossas colocações e discutirmos a concepção de autores sobre currículo voltado para a Educação Quilombola.

No capítulo 3, descrevemos todo o processo metodológico desenvolvido, os instrumentos utilizados na construção de dados, e análise do objeto de estudo apontando os resultados do estudo.

2. CONCEPÇÕES SOBRE POVOS QUILOMBOLAS NO BRASIL

Nosso trabalho tem como foco a Educação dos povos quilombolas da Paraíba em especial do Conde, na comunidade remanescente de Mituaçu.

Neste primeiro capítulo faremos um apanhado geral sobre a história dos quilombos no Brasil, no sentido de entendermos como surgiram os povos quilombolas que aqui vivem e como foi este processo, bem como entender um pouco da história destes povos.

Segundo Moura (1992):

A história do negro no Brasil confunde-se e identifica-se com a formação da própria nação brasileira e acompanha a sua evolução histórica e social. Trazidos como imigrantes forçados e, mais do que isto, como escravo, o negro africano e os seus descendentes contribuíram com todos aqueles ingredientes que dinamizaram o trabalho durante quase quatro séculos de escravidão. Em todas as áreas do Brasil eles construíram a nossa economia em desenvolvimento, mas, por outro lado, foram sumariamente excluídos da divisão dessa riqueza (MOURA, 1992, p. 7).

Neste sentido, não podemos falar da história do Brasil sem falarmos dos negros que aqui foram cruelmente escravizados, é através dessa história que a nossa pesquisa se fundamenta, no sentido, de perceber a importância dos negros que foram trazidos para o nosso país como escravos, e hoje são reconhecidos ou deveriam ser como povos de direito.

Por volta de 1549, chegaram as primeiras embarcações com escravos trazidos da África que desembarcaram em São Vicente. Nesta época D. João III autorizou que cada colono importasse até 120 africanos para as suas propriedades. (MOURA, 1992).

Rezende Silva (2011), corrobora bem esta ideia:

A forma de conquista e apropriação do que veio a constituir-se como território brasileiro deu-se por meio da doação de sesmarias pelo rei de Portugal para o cultivo de grandes monoculturas, como a cana-de-açúcar no Nordeste do país e posteriormente o café no Sul/Sudeste, além ainda da mineração no Sudeste/Centro. Todas essas foram atividades que contaram fortemente com o trabalho escravo, mas com períodos de auge diferenciados, o que acarretou um intenso fluxo de deslocamento destes. Assim, quando do declínio econômico das plantações de cana do Nordeste muitos escravos foram deslocados para as plantações de café do Sul/Sudeste. E foi durante o final do século XVIII e começo do XIX

quando o café fazia a riqueza dos produtores que o país teve seu maior contingente de escravos (REZENDE SILVA, 2011, p.77).

Os negros aqui escravizados sonhavam com a liberdade, e viviam em constantes tentativas de fugas, os que conseguiam sucesso nesta constante empreitada, se refugiavam nas matas de forma mais afastada e escondida possível, estes não raras vezes encontravam-se com outros em igual situação. Estes locais onde já havia certo número de negros refugiados foram denominados de quilombos.

Segundo Moura (1992):

Entendemos por quilombagem o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influenciou poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre (MOURA, 1992, p. 22).

Em 1850, por meio da Lei Eusébio de Queiroz tornou-se proibido o tráfico dos negros vindos da África para o Brasil, durante este mesmo ano no Brasil é decretado a Lei da Terra, a qual determinava que as terras deveriam ser adquiridas através da compra e venda (REZENDE SILVA 2011).

No ano de 1871 foi criada a Lei do Ventre Livre, onde todo filho de escravo nascido a partir desta data estaria livre. E em 1885 foi criada a Lei do Sexagenário a qual instituía que a partir dos 60 anos qualquer escravo estaria livre.

Na prática iniciava-se um processo de liberdade dos escravos, mas na realidade essas leis não funcionavam por diversos motivos, dentre eles, questões simples como moradia, sabendo que os escravos foram retirados das suas terras na África e aqui foram separados, sempre vivendo nas terras dos seus senhores, e que após os 60 anos, não teriam onde morar, nem como trabalhar e além do mais não recebiam nenhum tipo de ajuda do Estado, uma vez que não tinham como se manter, continuavam escravos naquelas terras.

No dia 13 de maio de 1888, finalmente foi decretada a tão sonhada abolição da escravatura, com ela os negros se tornavam livres. Diferentemente do que se

pensava pouca coisa mudou, eles receberiam o título de ex-escravos estes os marcaria por um longo período da história.

Segundo Rezende Silva (2011) após a promulgação da Lei, não houve transformações significativas na vida dos negros, pois estes continuavam a margem da sociedade, por outro lado os latifundiários continuavam com suas grandes terras e um vasto poder econômico.

Não houve a transformação da condição jurídica do trabalhador negro escravizado e sim, em grande medida, sua substituição pelo trabalhador branco imigrante. A abolição da forma como ocorreu não garantiu direitos efetivos aos negros, nem tampouco promoveu uma transformação radical da sociedade brasileira. A estrutura fundiária permaneceu intocada, a vida econômica continuou apoiada na grande propriedade exportadora e a população escravizada, depois de libertada, foi marginalizada e abandonada à sua própria sorte. (REZENDE SILVA, 2011, p.78)

À procura de emprego e terras para trabalhar, muitos se distanciaram para formar os quilombos, nestes locais, os negros viviam em comunidade, com hábitos da cultura africana, plantavam e colhiam os seus alimentos, bem como preservavam a sua identidade.

Segundo Nascimento (2009):

Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente, todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante em sua sustentação. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente essa rede de associações irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afochês, escolas de samba e gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. (NASCIMENTO, 2009, p.203)

A formação dos quilombos vai muito além de uma comunidade de negros refugiados, estes tinham uma representação muito mais ampla, pois além de ser um local de fuga, eram vistos como meio de resistência. Trazendo à tona a possibilidade dos escravos viverem libertos, bem como dando força aos que ainda estavam presos a tentarem fugir, tornando assim o movimento cada dia mais forte.

Ao escrever sobre os quilombos Moura (1992) os define:

O quilombo aparece, assim, como aquele módulo de resistência mais representativo (quer pela sua quantidade, quer pela sua continuidade histórica) que existiu. Estabelecia uma fronteira social, cultural e militar contra o sistema que oprimia o escravo, e se constituía numa unidade permanente e mais ou menos estável na proporção em que as forças repressivas agiam menos ou mais ativamente contra eles (MOURA, 1992, p. 23).

Os quilombos ao contrário do que se pensa, não era um ambiente isolado, apesar de ficarem distante das fazendas eles mantinham contato com os escravos presos e com os comerciantes locais, neste sentido, os quilombos eram espaços políticos, funcionando a partir de trocas comerciais em relação ao que plantavam, como também troca de favores e informações.

Essa resistência muitas vezes provocou a preocupação dos grandes senhores, os quais se sentiam “ameaçados” no sentido de perceber uma mínima possibilidade de mudança a ordem das coisas. Que por sua vez não deixavam os quilombos impunes, tratando de encontrar os locais onde muitas vezes matavam todos, ou levavam alguns de volta às fazendas para servirem de exemplo de poder dos seus senhores.

Moura (1992) ressalta esse pensamento ao citar:

A quilombagem era, por isto, a manifestação mais importante, que expressava a contradição fundamental do regime escravista. Os senhores de escravos, por outro lado, não desdenhavam a sua importância e se municiavam de recursos (militares, políticos, jurídicos e terroristas) para combatê-la. Essa estratégia senhorial vai das leis da metrópole aplicadas na Colônia, alvarás e outros estatutos repressivos, à formação de milícias de capitães-do-mato, confecção e uso de aparelhos de suplício e outras formas de repressão não-institucionalizadas, mas que se haviam transformado em costume. (MOURA, 1992, p. 23-24)

Durante todo o período de escravização até mesmo pós-escravidão sempre existiu os movimentos quilombolas, espalhados por todas as regiões do nosso país, estes movimentos tinham características e história próprias. Dentre os diversos quilombos existentes, um dos mais famosos foi o Quilombo dos Palmares.

Este quilombo foi formado por escravos de uma fazenda de açúcar em Pernambuco, os quais fugiram através da Serra da Barriga, e se refugiaram no estado de Alagoas, local onde o quilombo dos Palmares estava localizado.

Recebeu este nome devido à grande quantidade de palmeiras que havia no local, as quais foram muito úteis para a construção de casas e abrigos. Desta mesma planta era extraído o palmito utilizado como fonte de alimento e comercialização.

O Quilombo dos Palmares começou a ficar conhecido devido a sua grande quantidade de componentes, atingindo o número de 20 mil habitantes, a situação fugia ao controle das autoridades, que por sua vez, investia em diversos tipos de ataques, gerando uma Guerra. Do lado do quilombo, o maior líder dos negros, Zumbi dos Palmares, como ficou conhecido, resistiu durante 42 anos de luta.

Neste contexto, percebemos que os quilombos até hoje são símbolos de luta, luta esta voltada para a inclusão de seu povo, a tão sonhada inclusão social, mostrando assim, que apesar dos africanos terem sido vítimas, saindo do seu país à força e terem sido escravizados durante muitos anos, nunca se dobraram aos castigos e regime impostos, sempre lutaram em nome da sua liberdade.

Como podemos perceber, é impossível falar da formação do Brasil sem falar na participação da população negra, a qual teve participação efetiva na formação histórica e cultural da nossa sociedade. Enfatizando também a sua luta de resistência enquanto sujeito escravo, que não desiste das suas origens, tendo dentro de si a sua identidade, não perdendo a sua essência de valorização aos seus costumes, sua cultura e religião.

Segundo Moura (1992):

[...] o negro não apenas povoou o Brasil e deu-lhe prosperidade econômica através do seu trabalho. Trouxe também, a sua cultura que deram o *ethos* fundamental da cultura brasileira. Vindos de várias partes da África, os negros escravos trouxeram as suas diversas matrizes culturais que aqui sobreviveram e serviram como patamares de resistência social ao regime que os oprimia e queria transformá-los apenas em máquinas de trabalho. Em todas as áreas de trabalho os africanos incorporavam os seus modos de vida – a sua religião, indumentária, cozinha, música, sistema de regadio e plantação e outras manifestações sociais [...] (MOURA, 1992, p.33).

O negro no Brasil é símbolo de resistência e luta, outrora reivindicando a sua liberdade e hoje lutando em prol dos seus direitos, de sua população, hoje conhecida como comunidades remanescentes de quilombolas, as quais precisam de fato receber o título e a posse da Terra, para que seu povo viva em condições dignas.

Para Moura (1992):

[...] Em quase todos os movimentos sócio-políticos que se desenvolveram no Brasil durante a sua trajetória social e histórica, houve a participação, a contribuição do negro escravo ou livre. Sem nos referirmos aos quilombos, que também consideramos movimentos políticos independentes, dos próprios escravos, em todas ou quase todas as lutas que se travaram ou foram projetadas eles estiveram presentes quer na Colônia, quer no Império, até chegar aos dias atuais (MOURA, 1992, p. 39).

O negro e suas lutas se tornaram símbolo de resistência, perseverança e de conquista, pois através do movimento quilombola marcaram a sua presença, a sua capacidade de lutar e de sobreviver dada as situações mais adversas possíveis, essa marca, faz parte das suas histórias de vida, da sua identidade enquanto sujeito dono do seu próprio destino.

2.1 Reconhecimento das Comunidades Remanescentes Quilombolas

Até os dias atuais existem quilombos, principalmente ao tratarmos das regiões do interior do Brasil, estes quilombos são conhecidos como comunidades remanescentes quilombolas, os quais são formados por descendentes de ex-escravos.

Estes filhos de ex-escravos tentam manter a história viva, atuando nas lutas pelo reconhecimento social, no sentido de se manterem presentes diante da sociedade e participantes diante as discussões políticas. Atualmente, a principal luta dos quilombos está voltada para o reconhecimento e a posse da terra.

Segundo Nascimento (2009):

Os quilombolas dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX nos legaram um patrimônio de práticas quilombista. Cumpre aos negros atuais manterem e ampliarem a cultura afro-brasileira de resistência ao genocídio e de afirmação da sua verdade. Método de análise, compreensão e definição de uma experiência concreta, o quilombismo expressa à ciência do

sangue escravo, do sangue que os africanos derramaram como pés e mãos edificadores da economia deste país. Um futuro de melhor qualidade para a população afro-brasileiras só poderá ocorrer pelo esforço enérgico de organização e mobilização coletiva, tanto da população negra como das suas inteligências e capacidades escolarizadas, para a enorme batalha no front da criança teórico - científica (NASCIMENTO, 2009, p.205).

O título de Comunidade Remanescente Quilombola é uma conquista dos povos afro-descendente aqui no Brasil. Este título é um símbolo de todo um povo, por sua resistência, conquistas e um reconhecimento a toda injustiça histórica, que precisa ser ressarcida de forma que garantam a segurança no sentido de poder sobre a territorialidade.

O Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, fala sobre a regulamentação e o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras, ocupadas por remanescente das comunidades quilombolas.

O art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias define:

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 2003, p.2).

Algumas destas comunidades são de antigos quilombos de escravos refugiados, outras são heranças, doações, pagamento através de troca de serviços, mas que nunca tiveram de fato uma documentação comprobatória da posse e do pertencimento daquela terra.

Segundo o Decreto nº 4.887, em seu artigo 2º, para de fato receberem o título de posse, alguns documentos precisam ser apresentados:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental (BRASIL, 2003, p.3).

Este reconhecimento é de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ao que se refere o art. 3º:

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2003, p.5).

Neste contexto, percebemos que a posse da terra é um marco histórico para a comunidade quilombola, é uma conquista, a realização de um sonho antigo, onde podem finalmente se sentirem sujeitos daquele território, donos de suas terras, como sempre almejaram durante todas as suas lutas.

Muitas comunidades quilombolas já foram reconhecidas, por outro lado muito ainda precisa ser feito. Atualmente cerca de 1.800 comunidades quilombolas foram certificadas pela Fundação Palmares, embora exista uma estimativa da existência de cerca de 3 mil comunidades Remanescentes Quilombola.

Entendemos que a luta não acabou, muito pelo contrário, muito precisa ser feito para que as comunidades quilombolas de fato tenham o seu reconhecimento, não apenas se tratando da terra, mas enquanto povo, que tem a sua dignidade e exige condições dignas de educação, preservação da sua identidade bem como da sua cultura, forma de viver, elementos estes importantíssimos para a sua formação enquanto sujeito de direito.

2.2 Mituaçu: Comunidade Remanescente Quilombola

Para um melhor entendimento deste capítulo, situaremos o leitor em relação ao espaço territorial o qual realizamos a pesquisa, bem como os motivos que nos levaram a pesquisar sobre o tema e, em seguida, discorreremos sobre todo o nosso percurso e procedimento metodológico.

Conde é um município brasileiro, localizado na Região Metropolitana de João Pessoa, Estado da Paraíba. Sua população em 2015 foi estimada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 23.975 habitantes, distribuídos em aproximadamente 173 km² de área. (IBGE, 2010)

Localiza-se no litoral Sul do Estado, divergindo da Costa Central pelo fato de que seus platôs sedimentares tendem a se chocar diretamente com o mar e possuir um estágio geoquímico mais complexo que outras latitudes.

O município de Conde tem raízes históricas na aldeia Jacoca, de índios Tabajara, administrada pelos missionários franciscanos, logo depois de sua chegada à Paraíba em 1589. A sede do município originou-se da fusão dessa aldeia com outra denominada Pindaúna, de índios Potiguaras, durante a ocupação da capitania pelos invasores holandeses. (HERCKMANS, 1982)

Em 1636, quando os holandeses se apoderaram da Capitania da Paraíba, a região onde se localiza a sede municipal ainda era habitada pelos índios que, por ordem do governador holandês, foram se alojar na capital. Foi fundado um povoado pelo capitão inglês John Harrison (que estava a serviço dos holandeses) durante esta ocupação. Este povoado foi batizado de Maurícia ou “Mauricéia”, homenagem ao governador da província, Conde Maurício de Nassau e foi importante como ponto estratégico na defesa da passagem de Recife (capital para os holandeses), até Filipéia de N. S. das Neves, nome antigo de João Pessoa.

Ao longo de sua história essas denominações recebidas têm suscitado controvérsias com relação ao seu significado. Jacoca, seu nome primitivo, segundo Elias Herckmans deriva de tchea – koka, vocábulo indígena que quer dizer “abraça-me”, baseando-se para tal afirmativa na lenda de que no lugar uma índia tapuia fora surpreendida quando dizia esta palavra a um potiguar. Horácio de Almeida, fundamentado em Martins, dá outra interpretação. Segundo ele, Jacoca deriva de jacuoca e significa morada dos “jacus”. Para o historiador, Horácio de Almeida, o nome de Conde, ao contrário do que se propaga na historiografia paraibana, deve-se à existência na região da “Fruta do Conde”, também conhecida como “ata” ou “pinha”. Outros historiadores explicam o nome de Conde como uma homenagem ao administrador holandês Conde João

Maurício de Nassau. Registre-se aqui o costume português de se dar aos povoados e vilas das colônias nomes das localidades lusitanas.

Sua emancipação política foi alcançada através da Lei nº 3.107, de 18 de novembro de 1963, instalando-se oficialmente a 28 de dezembro do mesmo ano, desmembrado de João Pessoa e formando um único distrito, o da sede, com o nome simplificado para Conde (HERCKMANS, 1982).

O povoado de Mituaçu, onde localiza-se a Escola Municipal Ovídio Tavares de Moraes, hoje comunidade quilombola de Mituaçu está localizada entre o Rio Gramame e o Rio Jacoca, com estradas de terra situada na zona rural do Conde, seu principal acesso é pela ponte do Rio Gramame, também tem acesso pela estrada de Caxitú e pela estrada do Conde.

Mituaçu limita-se ao norte com João Pessoa, ao sul com Paripe no Conde, a leste com Guaxinduba e oeste com Caxitú.

No seu início foi habitada por indígenas, pois o município de Conde foi habitado por tribos indígenas, uma vez que o nome da comunidade é de origem indígena, e significa “ave grande”. O povoado de Mituaçu é rico em matas fruteiras, as casas são distantes uma das outras, a maioria das casas era de palhas só podia morar em casas cobertas de telhas quem tivesse muita condição.

A Escola lócus da nossa pesquisa fica localizada em Mituaçu, numa comunidade remanescente de quilombolas.

No capítulo seguinte falaremos sobre a educação em um contexto quilombola, trazendo os documentos voltados para as especificidades das escolas quilombolas, fazendo um paralelo entre o passado e o presente, percebendo as mudanças e a importância da luta dos movimentos negros para uma educação de qualidade, o capítulo seguinte ainda tem a função de trazermos à tona uma reflexão sobre as questões voltadas para o direito à educação de forma igualitária, atendendo às diversas nuances existentes no campo educacional.

3. EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: CONCEPÇÕES CURRICULARES

A educação é um dos temas mais discutidos na atualidade, seja porque vem enfrentando mudanças ou por seu grau de importância para o desenvolvimento do país, mas sabemos que nem sempre foi assim, ao longo do tempo as mudanças vem ocorrendo a passos lentos.

O processo educacional no Brasil sofreu uma série de dificuldades, no início era apenas voltada para a classe média, os menos favorecidos não tinham acesso, com a necessidade de mão de obra qualificada iniciou-se a alfabetização dos possíveis operários, estes recebiam o mínimo de ensinamento possível, apenas o necessário para desenvolver suas funções dentro das fábricas.

Todo o processo de implantação da educação no Brasil foi muito longo e lento, baseado em lutas, conquistas, derrotas e vitórias. Hoje a educação é considerada um dos setores mais importantes, temos uma educação voltada “para todos”, onde em sua grande maioria a população tem acesso às escolas.

Em meio aos avanços, muito ainda precisa ser conquistado, a exemplo das escolas do campo, que em sua maioria são precárias e de difícil acesso para os estudantes. Não raras vezes nos deparamos diante desta realidade, os alunos abandonam a escola devido à distância entre sua comunidade e a escola, gerando, assim, a evasão escolar.

Segundo o relatório da UNICEF (2003),

[...] 31,5% das crianças quilombolas de sete anos nunca frequentaram bancos escolares; as unidades educacionais estão longe das residências e as condições de estrutura são precárias, geralmente as construções são de palha ou de pau a pique; poucas possuem água potável e as instalações sanitárias são inadequadas. O acesso à escola para estas crianças é difícil, os meios de transporte são insuficientes e inadequados e o currículo escolar está longe da realidade destes meninos e meninas. Raramente os alunos quilombolas vêem sua história, sua cultura e as particularidades de sua vida nos programas de aula e nos materiais pedagógicos. Os professores não são capacitados adequadamente, o seu número é insuficiente para atender a demanda e, em muitos casos, em um único espaço há apenas uma professora ministrando aulas para diferentes turmas (BRASIL, p.15).

Este processo de conquista pela educação se deu através de luta, na Educação do Campo e, sobretudo na Educação Quilombola não foi diferente. Assim como nos dias atuais toda pequena conquista é reflexo dos movimentos sociais que lutam em prol de melhoria para o seu povo, seja para garantir a verba da educação, por profissionais qualificados, por melhoria e qualidade do ensino, ou até mesmo para impedir retrocessos, a exemplo do fechamento das poucas escolas existentes.

A Educação Quilombola é aquela própria de um povo, voltada para as suas especificidades, costumes e cultura. Sabemos que a Educação de modo geral tem suas semelhanças, bem como as comunidades tem em si aspectos homogêneos. Mas em seu processo educacional, cada uma tem sua especificidade e dinâmica as quais recebem influência das suas tradições, carregando consigo a sua identidade, passando seus costumes de geração em geração.

O papel da Educação Quilombola é mediar o saber escolar com os saberes locais, lembrando sempre dos elementos históricos dos ancestrais, os quais são fontes de cultura do segmento negro na África e no Brasil.

Nesta perspectiva, o currículo deve ser composto de elementos, conhecimentos e saberes quilombolas, no sentido de tornar a história viva, através de um resgate constante de um passado próximo. Lembrando das lutas, vitórias e resistência dos quilombos ao longo do tempo, hoje são símbolos de resistência e identidade de um povo.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura afro-brasileira afirma,

As políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias, a essa população, de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para a continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão (DCN, p.15).

O currículo é um instrumento político, e é através dele que os conhecimentos e valores são abordados e desenvolvidos, por isso, é tão importante discutirmos sobre um currículo que atenda e valorize as questões afro-brasileiras, é através dele que os alunos terão acesso a informações sobre a sua identidade, percebendo a sua individualidade e suas origens.

O currículo deve ser elaborado tendo como referencial as Diretrizes Curriculares Nacionais, e tratarmos de currículos voltados para uma educação de remanescentes quilombola algumas questões devem ser levadas em conta, no sentido de atender as especificidades próprias daquela comunidade. Pensando em formas de abordar questões voltadas para a cultura local, valores e saberes repassados ao longo do tempo, através dos mais velhos resgatando a história bem como mantendo a identidade, valores, costumes e saberes de uma forma geral.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 26 ao tratar sobre currículo, deixa claro a necessidade de trabalhar com uma parte diversificada, onde serão incluídas as questões regionais e locais. Ao citar:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (LDB, 1996)

A Lei nº 11.645 de 2008 é um marco na educação afro-brasileira, pois é o que temos de mais próximo e concreto ao falarmos sobre educação quilombola, percebemos aqui a importância desta estar incluindo na Lei máxima da educação brasileira.

Esta Lei versa sobre a obrigatoriedade de estudar a história e cultura afro-brasileira, reconhecendo a luta dos negros no Brasil, ressaltando a importância de trabalhar a sua cultura bem como o resgate e lembrança de sua contribuição para o Brasil atual.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação

da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

O Parecer CNE/CP nº 03/2004 visa atender os propósitos da LDB, quando estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica.

O parecer CNE/CP nº 03/2004 destina-se:

[...] aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática. (BRASIL, 2004, p.2)

Este parecer tem como intuito reconhecer e valorizar a história da cultura afro-descendente, enaltecendo seus feitos de forma que os negros e comunidades remanescentes tenham orgulho da sua história, bem como de pertencer e se reconhecer como descendentes. O parecer busca também combater qualquer forma de racismo e/ou preconceito, ou qualquer forma de discriminação que atinja de alguma forma os negros.

As leis e documentos hoje existentes são formas de políticas públicas voltadas para atender e minimamente reparar os danos de uma época, onde os direitos dos negros foram negados.

A Conferência Nacional de Educação (CONAE), 2010, aborda questões extremamente importantes ao tratar sobre políticas públicas e suas especificidades voltadas para uma “minoría” antes esquecida.

Apesar de o eixo agregar número razoável de temas, como questão étnico-racial, quilombolas, indígena, do campo, ciganos, das pessoas com deficiência, educação ambiental, crianças, adolescentes e jovens em situação de risco, educação de jovens e adultos e educação profissional, é importante destacar que cada um deles possui especificidades históricas, políticas, de lutas sociais e ocupam lugares distintos na constituição e consolidação das políticas educacionais. Além disso, realizam-se de forma diferenciada, no contexto das instituições públicas e privadas da educação básica e da educação superior (BRASIL, 2010. p. 123).

Um grande desafio a ser cumprido é a inserção da realidade quilombola aos currículos, no que tange as questões históricas e culturais, a serem incluídas como conteúdos obrigatórios que devem ser ministrados na escola da Educação Básica tanto na rede pública como na privada de todo o país, considerando que a comunidade quilombola faz parte da história do Brasil.

Em 2011, iniciou-se um processo de elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, esta teria como finalidade colocar em prática a Educação Quilombola no âmbito educacional, e nortear o ensino ministrado nestas instituições educacionais.

No dia 20 de novembro de 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola foram aprovadas, sendo um marco histórico para a comunidade negra, que tanto lutou por uma educação igualitária, atendendo as suas especificidades e sendo reconhecida a sua diversidade bem como especificidades histórica e cultural.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, ao tratar sobre os princípios da educação quilombola em seu artigo 7º ressalta as práticas e ações político-pedagógicas em seus 20 incisos.

[...] III - respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional;
IV - proteção das manifestações da cultura afro-brasileira;
V - valorização da diversidade étnico-racial;
VI - promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

- VII - garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social das comunidades quilombolas;
- VIII - reconhecimento dos quilombolas como povos ou comunidades tradicionais;
- XIX - conhecimento dos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas;
- X - direito ao etno desenvolvimento entendido como modelo de desenvolvimento alternativo que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida;
- XI - superação do racismo – institucional, ambiental, alimentar, entre outros – e a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação racial; [...] (BRASIL, 2012, p.5).

Sendo assim, percebemos através de leis, decretos e diretrizes que, ao longo do tempo, as políticas públicas estão reconhecendo o valor de um povo, percebendo as suas especificidades e trabalhando no intuito de suprir as lacunas existentes na educação voltada para a Educação Quilombola.

A CONAE 2010, ao tratar sobre a Educação Quilombola define:

- a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.
- b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.
- c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo.
- d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.
- e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.
- f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização
- g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.
- h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas (BRASIL, 2010, p. 131).

Observamos a partir do exposto, que hoje a comunidade negra de fato tem o seu reconhecimento e empoderamento, no sentido de participar das decisões ao serem tomadas, em especial quando o assunto é de seu interesse. Outro ponto a ser ressaltado é a valorização da sua cultura enquanto comunidades remanescentes quilombola, afirmando o seu valor enquanto diversidade étnica.

A preservação da história é um dos pontos mais importantes para manter viva uma determinada cultura, a população negra sempre foi protagonista da sua própria história, e manteve e mantém sua identidade viva através da tradição oral, ou seja, repassando as suas histórias de geração em geração, através da oralidade dos mais experientes para os mais jovens. Guardando, assim, uma memória histórica coletiva, mantendo suas tradições e costumes.

Segundo Coutinho (2009):

A tradição africana guarda essa propensão por valorizar a oralidade, encontrando na narrativa de histórias exemplares e nos cânticos ritualisticamente entoados formas basilares de interação cotidianamente relevantes para a cultura. Muitos conhecimentos caros, aqueles que traduzem a base cultural da ancestralidade sagrada, estão perpetuados em rituais que privilegiam a expressão oral, estando muitos deles sacramentados em forma de cânticos. A música está presente nas atividades desenvolvidas no cotidiano dos africanos e afro-brasileiros, de forma marcante, desde aquelas mais corriqueiras até as mais formais, traduzindo a espiritualidade festiva de um povo que canta para espantar os seus males [...] (COUTINHO, 2009, p. 26).

Como podemos perceber a oralidade faz parte da identidade quilombola, durante muito tempo esta foi a única forma dos negros se expressarem, uma vez que não tinham acesso a escrita, sua única maneira de repassar e deixar as suas história era esta. Seja através de histórias contadas ou da música e de seus cânticos, muitos deles como forma de expressão e exaltação aos seus deuses.

Também é função da escola manter essa identidade viva, ou até mesmo, introduzi-la aos que ainda não conhecem, trazendo ressignificação de toda uma cultura, resgatando a história do seu povo, entendendo o passado para valorizar o presente.

É nesta perspectiva que as Diretrizes Curriculares voltadas para a educação quilombola trata no seu artigo 34, ao falar sobre currículo nas escolas quilombolas.

Art. 34 O currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades. (BRASIL, 2012, p.13).

O currículo é um documento extremamente importante, norteia as práticas pedagógicas a serem trabalhadas, bem como os conteúdos a serem desenvolvidos ao longo de todo um período letivo. Aqui salientamos a importância das Diretrizes Curriculares voltadas para a Educação Quilombola, como instrumento de reconhecimento a especificidade de um determinado povo, preservando a sua cultura, história e identidade.

Ressaltamos aqui também a importância da escola, bem como dos gestores que entendem e reconhecem estas políticas públicas, assumindo o papel de enfrentamento e combate a qualquer tipo de preconceito e negação de direito já adquirido a gestão é fundamental para que a escola envolva em suas práticas educacionais bem como em seu currículo as especificidades necessárias à realidade local.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, ao tratar sobre os princípios da educação em seu artigo 8º ressalta:

- IV - presença preferencial de professores e gestores quilombolas nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de territórios quilombolas;
- V - garantia de formação inicial e continuada para os docentes para atuação na Educação Escolar Quilombola;
- VI - garantia do protagonismo dos estudantes quilombolas nos processos políticopedagógicos em todas as etapas e modalidades;
- VII - implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas;
- VIII - implementação de um projeto político-pedagógico que considere as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas;
- IX - efetivação da gestão democrática da escola com a participação das comunidades quilombolas e suas lideranças;

Neste sentido, outro ponto importantíssimo a ser tratado são os professores, ou melhor, a formação destes, faz-se necessário que os professores tenham

conhecimento da realidade no qual estão trabalhando, para tanto é preciso que tenham formação de qualidade, através de programas de graduação ou pós-graduações, no sentido de estarem em contato com uma formação continuada.

Percebemos que ao longo do tempo a história vem sendo modificada, ressaltamos estas mudanças ao perceber que hoje existem políticas públicas voltadas especificamente para o negro, aqui em questão as voltadas para as comunidades quilombolas. As quais são reconhecidas e inseridas nas discussões voltadas para os seus interesses, seja na economia, comércio e nas instituições educacionais e culturais.

No entanto, sabemos que nem sempre foi assim, durante muito tempo a comunidade negra foi negada de todas as formas possíveis, até mesmo como seres humanos, muitas vezes sendo tratados como “animais”, “bichos” no sentido mais pejorativo da palavra.

Entendemos que as políticas públicas existentes são formas de minimizar um passado tão cruel e suprir minimamente tudo que um dia lhes foi negado. E a escola é campo primordial para estas mudanças, é através da educação que a comunidade negra, aqui em foco as comunidades quilombolas começam a ter acesso a uma nova realidade a partir do acesso a uma educação de qualidade que não fira ainda mais as suas origens.

No capítulo seguinte trataremos sobre a metodologia utilizada para o levantamento dos dados, o campo de pesquisa, descrevendo a nossa trajetória de trabalho, bem como nossas inquietações e descobertas ao longo de todo o processo de pesquisa.

4. METODOLOGIA: caminhos percorridos

Para analisar quais práticas curriculares da Educação Quilombola estão sendo desenvolvidos na Escola Municipal Ovídio Tavares de Moraes, fizemos um percurso metodológico que iniciamos com: análise dos documentos, levantamento bibliográfico sobre a temática, construção de dado, elaboração de questionários e entrevistas estruturadas e observação em sala de aula.

Na pesquisa de campo trabalhamos com três técnicas de pesquisa: o questionário a fim de construirmos dados sobre os sujeitos da pesquisa, e a respeito da comunidade onde fica localizada a escola, foco da nossa pesquisa; entrevista e a observação em sala de aula.

Nossa pesquisa é de cunho qualitativo, pois analisa os dados coletados através dos instrumentos utilizados, entrevistas, questionários e observações e de caráter descritiva. Segundo Gil (2002):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, p.42, 2002).

Nossa pesquisa tem como objetivo compreender se as práticas curriculares na Escola Ovídio Tavares de Moraes, estão embasadas no que preconiza a política de Educação Quilombola. No sentido de entender quais são as suas especificidades e dificuldades encontradas pelos educadores e educando daquela localidade.

Os questionários e listas tinham como objetivo a observação sistemática e orientada, pensando em observar o máximo de detalhes possíveis em cada visita.

O conteúdo do questionário e entrevista eram voltados para a vida acadêmica e profissional dos professores e gestores, no que tange a sua formação inicial e continuada, sobre o currículo da escola, a participação das mesmas no planejamento e no Projeto Político Pedagógico da Instituição.

Para o trabalho de observação utilizamos um diário de campo, no qual registramos as impressões sobre as práticas curriculares da escola quilombola, descritas em cinco encontros com a comunidade em questão.

É importante ressaltarmos aqui, que, as anotações no nosso Diário, eram realizadas imediatamente, no ato da pesquisa. Desta maneira todo dia de visita atualizávamos o nosso Diário de Campo, sobre os acontecimentos do dia e fatos que mais nos chamaram atenção.

Segundo Gil (2002), ao tratar sobre pesquisa e seus métodos exemplifica:

A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolvendo-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados (GIL, 2002, p. 17).

Sendo assim, entendemos que a pesquisa segue um método, existem passos a serem seguidos de forma contínua, trabalhando cada etapa de forma a realizar uma pesquisa o mais fidedigna possível.

Para Gil (2002), na pesquisa de campo a observação é realizada como um todo, ou seja, observamos o local, a comunidade e o que os rodeiam e os grupos que ali frequentam. Sendo assim, o trabalho torna-se mais efetivo ao buscarmos os dados em seu local de origem:

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas como informações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagens e fotografias (GIL, 2002, p. 53).

Neste contexto, a comunidade está inserida na nossa pesquisa, uma vez que a escola é um ambiente de troca de conhecimento, e engloba as políticas públicas existentes naquele local.

4.1 Escola Ovídio Tavares de Moraes: caracterização

Foto 1: Fachada da Escola



Fonte: Arquivo Pessoal. Ano:2017

Nossa pesquisa foi realizada no município do Conde/PB, mais especificamente em Mituaçu, onde fica localizada a Escola Municipal Ovídio Tavares de Moraes foco da nossa pesquisa.

Tem como estrutura física três salas de aula, onde uma funciona de forma multisseriada (turma de 1º e 2º ano), uma sala de recursos, três banheiros, uma secretaria, uma cozinha e um refeitório.

Dentre os aparelhos eletrônicos temos: uma televisão, um aparelho DVD, dois notebooks e dois computadores de mesa.

A escola atende a 195 alunos, os quais são divididos em três turnos (manhã, tarde e noite) a escola tem Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA. Como equipe de trabalho tem vinte e três funcionários, sendo estes treze professores, dos quais apenas dois não moram no bairro de Mituaçu.

4.2 Considerações sobre as práticas pedagógicas observadas em sala de aula

Iniciamos a nossa pesquisa no mês de abril de 2017, mediante carta de apresentação à instituição, esses documentos foram importantes para que a gestora se sentisse segura em abrir as portas da escola para nossa pesquisa.

A pesquisa foi realizada na escola, mas toda comunidade faz parte daquela instituição, uma vez que a escola está inserida dentro de uma comunidade quilombola, e tem como público alunos quilombolas.

Nossa pesquisa foi planejada de forma que fossem realizados 5 encontros, cada um com objetivos específicos como veremos em seguida:

Primeiro encontro: Este primeiro contato teve como principal objetivo nos apresentarmos à escola, explicar a nossa pesquisa e mostrar o nosso interesse pela escola bem como pela comunidade. Neste primeiro momento nos apresentamos para a coordenadora e para algumas professoras no horário do intervalo, observamos de uma forma superficial as salas de aula, e os alunos brincando durante o intervalo. Esta primeira visita é um pouco mais superficial no sentido de não assustar a equipe escolar, este primeiro momento teve o objetivo de mostrar a nossa intenção naquele espaço educacional.

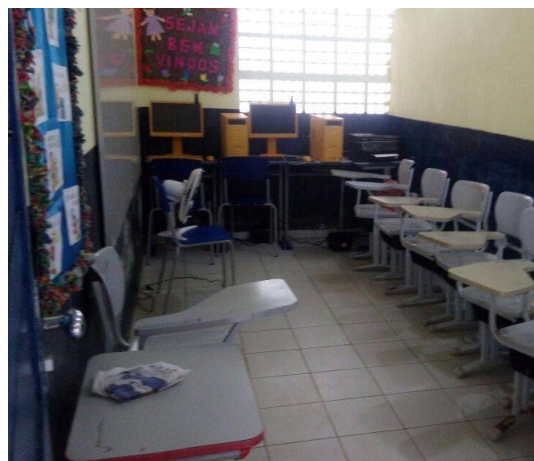
Neste primeiro contato tivemos a impressão que a uma escola é muito organizada, os funcionários são bastante participativos, a aprendizagem dos alunos tem grande relevância para a gestão, supervisão e para as professoras.

Segundo encontro: Neste segundo momento, iniciamos o levantamento dos dados, realizando a caracterização da escola, ou seja, observação de toda a estrutura física (cadeiras, mesas, estantes, tomadas, armários, sala de computadores, sala de AEE, secretaria, diretoria, banheiros, dentre outros). Neste dia também tivemos acesso a diretora onde conversamos sobre a escola, alunado, professores e a comunidade em geral.

Foto 2: sala de aula



Foto 3: sala de AEE Fonte: Arquivo Pessoal.



Ainda neste segundo encontro realizamos entrevistas com a supervisora e professoras, que na ocasião foram muito solícitas ao responder todas as nossas questões.

Iniciamos a entrevista com a supervisora, perguntamos sobre a formação da escola, a escolha do nome e sobre os projetos realizados, perguntamos se a escola possuía um Projeto Político Pedagógico (PPP) ela nos respondeu prontamente:

A supervisora começou a nos explicar sobre a origem do nome e todo o processo de construção, mas lembrou da professora mais antiga da escola e na ocasião pediu que ela viesse responder sobre a formação da escola. Então, iniciamos a entrevista com a professora:

Perguntamos sobre a construção e origem da escola, ela nos respondeu:

Professora: A escola é uma construção muito antiga, primeiramente foi construída de palhas. Por volta do ano de 1963, através da doação de terra por um morador da comunidade foi construída de alvenaria, onde na ocasião só existia uma sala.

Perguntamos a professora sobre a origem do nome da escola, e de forma muito triste ela respondeu:

Professora: A escola recebeu o nome de Ovídio Tavares de Moraes, em homenagem a um grande proprietário de terra que existia naquela localidade.

Perguntamos a professora se o nome da escola tinha alguma representação para a comunidade:

Professora: o nome da escola não tem origem com a comunidade nem com ninguém que a comunidade considere importante para a sua história. Ovídio Tavares de Moraes era um grande fazendeiro que morava em Mituaçu, tinha grande influência com os fazendeiros e empresários, mas não tinha contato com a população local.

Segundo a mesma, de tempos em tempos a origem do nome da escola volta a ser questionada pelos antigos moradores da comunidade, pois assim como ela, acreditam que a escola deveria ser chamada de Escola Municipal de Mituaçu, uma vez que este é o nome da comunidade na qual ela está inserida, como uma forma de reconhecimento a história daquela comunidade.

A entrevista com esta professora em especial foi muito relevante para o nosso trabalho, as angústias e inquietações dela, também nos inquieta, percebendo que ela é moradora da comunidade, bem como a professora mais antiga da escola, ela nos mostra o quanto ainda precisa lutar, em nome de uma escola que lhes representem, que atenda e valorize a sua identidade.

O parecer nº 03 ao tratar sobre Educação das relações étnico-raciais ressalta que:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola (BRASIL, 2004, p.5).

Nesta perspectiva, percebemos a importância da valorização da comunidade, da escola e de todos que a compõe, mantendo a sua história, valorizando os mais antigos, pois são fontes de histórias vivas, a exemplo desta professora, que de forma muito lúcida nos conta sobre toda a construção da escola bem como da sua comunidade.

Outro ponto a ser ressaltado é que a escola tem em quase toda a sua equipe pessoas da comunidade, faz parte de um tipo de política interna da escola. Esta é uma forma de valorizar e dar emprego aqueles que fazem parte da comunidade. De todos os funcionários que trabalham na escola, apenas duas professoras e a supervisora não são da comunidade.

Após a entrevista com a professora iniciamos a entrevista com a supervisora. Perguntamos se a escola possuía um Projeto Político Pedagógico, ela nos respondeu que:

Supervisora: “A escola possui Projeto Político Pedagógico (PPP), a última versão é de 2011, mas este ano está sendo reformulado.”

Perguntamos também sobre as práticas curriculares voltadas para as questões quilombola, e se estas estavam inseridas no PPP ela nos informou que:

Supervisora: “As questões quilombolas são trabalhadas a todo momento dentro do currículo da escola, através de aulas e também como forma de projetos, e que estes serão incluídos ao novo PPP da escola”.

Tivemos acesso ao PPP e após analisarmos percebemos que de fato o PPP traz em sua estrutura a importância da comunidade Mituaçu como sendo uma comunidade remanescente quilombola, ao citar:

Um outro aspecto que merece destaque diz respeito ao fato de que Mituaçu é reconhecidamente uma comunidade quilombola, ou seja, segundo Wikipédia a palavra “quilombo” tem origem nos termos “kilombo” (Quimbundo) ou “ochilombo” (Umbundo), presente também em outras línguas faladas ainda hoje por diversos povos Bantus que habitam a região de Angola, na África Ocidental [...] (PPP da Escola, 2011, p.5).

Em sua estrutura e durante o seu processo de elaboração o Projeto Político Pedagógico da escola reconhece as especificidades da escola em uma comunidade quilombola, percebendo a importância de preservar essa comunidade, sua cultura, bem como o fortalecimento do resgate histórico, ao citar:

Portanto, tratar de uma proposta de escolaridade em uma comunidade tipicamente quilombola significa assumir o compromisso de inserir no seu processo de reflexão a riqueza de um povo, sua história, seus hábitos, costumes, cultura e, sobretudo o fortalecimento do resgate histórico de seus cidadãos (PPP da Escola, 2011, p.5).

Ressaltamos aqui a importância da escola possuir o seu PPP, bem como este trazer em seu texto as especificidades do local e a valorização da comunidade. Porém ao analisarmos o PPP, nos intriga o fato de percebermos que ele não possui nenhum projeto voltado para as especificidades da escola.

Neste contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, em seu art.31 trata:

Art. 31 O projeto político-pedagógico, entendido como expressão da autonomia e da identidade escolar, é primordial para a garantia do direito

a uma Educação Escolar Quilombola com qualidade social e deve se pautar nas seguintes orientações:

- I - observância dos princípios da Educação Escolar Quilombola constantes desta Resolução;
- II - observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e locais, estas últimas definidas pelos sistemas de ensino e seus órgãos normativos;
- III - atendimento às demandas políticas, socioculturais e educacionais das comunidades quilombolas;
- IV - ser construído de forma autônoma e coletiva mediante o envolvimento e participação de toda a comunidade escolar. (BRASIL, 2012).

Ao refletirmos sobre algumas questões inseridas no PPP e as observações em sala de aula percebemos que o Projeto Político Pedagógico é um documento muito importante para a escola e em parte ele está em consonância com as práticas curriculares observadas.

No intuito de entender as práticas curriculares em ação. Perguntamos a supervisora a respeito de como eram realizados os planejamentos

Supervisora: “O planejamento é realizado de forma coletiva, toda a equipe educacional está trabalhando de modo a fazer um resgate histórico e cultural sobre as questões quilombolas.”

Ao analisar os documentos, o PPP da escola, as entrevistas e as observações em sala de aula percebemos que existe uma consonância entre eles, no sentido de perceber que os documentos norteadores da educação quilombola falam sobre a importância de manter um legado histórico, através dos hábitos, cultural e identidade de um povo, ao tempo que o PPP tem em seu texto marcas de valorização da comunidade na qual a escola está inserida.

Durante as entrevistas, nas falas das professoras bem como nas observações em sala de aula esta educação em parte é vivenciada, sabemos que não é possível falarmos em educação quilombola a todo o momento, mas percebemos que a escola tem se esforçado no intuito de inserir as questões quilombolas dentro dos conteúdos a serem ministrados.

Ressaltamos aqui, que apesar dos esforços já existentes para incluir aos conteúdos as questões quilombolas, durante todo o período de observações na escola, não identificamos nenhum projeto de resgate histórico, cultural, ou

qualquer outro elemento que traga à tona as questões quilombolas, no qual esteja sendo trabalhados de forma paralela aos demais conteúdos.

Terceiro encontro: Neste dia, realizamos as observações dentro de sala de aula, observamos a rotina escolar, desde a hora da entrada ao horário de saída dos alunos. Observamos as práticas, metodologias e o currículo ministrado durante as aulas. Observamos que algumas salas são multisseriadas, e assim sendo, tem um número de alunos maior que as demais salas, o que em alguns momentos dificulta o trabalho da professora em sala de aula.

Realizamos nossa observação na turma de 3º ano. Neste dia a professora trabalhou a disciplina de português, utilizando o texto “O casamento na mata” tendo como objetivo que os alunos separassem em duas colunas os substantivos masculinos e femininos.

Na aula de história ela trabalhou “Os Símbolos da Páscoa” falando sobre o pão, a vela, o vinho, as uvas, o cordeiro. Contextualizou o assunto e entregou alguns desenhos para que os alunos pintassem.

Após o intervalo, os alunos tiveram aula de matemática, com operações de adição e subtração a serem copiadas do quadro para o caderno.

Foto 4: Corredores com trabalhos da páscoa expostos



Quarto encontro: Continuamos as nossas observações na sala de aula; a professora iniciou a aula pelo conteúdo de história, falando sobre o “Descobrimento do Brasil”, contextualizando o tema, trazendo perguntas sobre: o que era a data, quando foi, e por que é comemorada. Ela aproveitou o momento para contar um pouco sobre o tráfico de escravos que eram trazidos de outras terras para trabalharem aqui no Brasil. Em seguida, entregou uma xerox com atividade a ser realizada pelos alunos; após o intervalo, a aula foi de português, que teve como conteúdo a formação de palavras com “R” e “RR” .

Foto 5: Os alunos na hora do intervalo brincam de pular corda ou na área externa da escola



Quinto encontro: Neste último encontro no intuito de participar das atividades da escola, elaboramos uma aula sobre o resgate histórico da comunidade local, trazendo as questões quilombolas para serem discutidas pelos alunos, bem como trabalhamos um pouco da questão da identidade individual.

Pedimos que cada aluno fizesse um auto-retrato, no sentido de se perceber enquanto sujeito à medida que se desenha, refletindo sobre as suas características e suas origens. Percebendo que somos frutos de uma geração passada, as quais carregamos traços e características, e principalmente fazemos parte de uma história, de um passado, o qual nos identifica e traz consigo uma série de questões e tradições tanto históricas como culturais.

O parecer nº 03/2004 ao tratar sobre a educação da população afro-descendente e sua identidade ressalta:

[...] na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e

busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2004).

Sendo assim, as escolas de caráter quilombola devem inserir nos seus currículos bem como nas suas ações pedagógicas políticas de afirmação de uma cultura negra, onde o reconhecimento e valorização sejam vistos como marcas de um povo. Assim os seus descendentes terão orgulho de pertencer a esta cultura, preservando a sua história, bem como se afirmando enquanto sujeitos descendentes de negros.

A partir do estudo dos documentos normativos sobre currículo, as leis, diretrizes, decretos, o PPP da escola e as observações *in loco*, analisamos que a Escola Municipal Ovídio Tavares de Moraes, tem o seu currículo voltado para as datas comemorativas. Quando algumas destas datas são relacionadas com as questões do negro e ex-escravos algumas questões são discutidas superficialmente em torno da temática.

Neste contexto, analisamos que a Escola Municipal Ovídio Tavares de Moraes, tem um PPP que trata sobre as especificidades de uma escola quilombola, porém o currículo em ação bem como as práticas pedagógicas em sala de aula nos leva a analisar que a escola trabalham de uma forma parcial as questões quilombolas.

Ressaltado aqui, a importância da escola ser formada por uma equipe de profissionais da própria comunidade, ao mesmo tempo que esta atitude valoriza os que ali vivem torna-os parte da história da escola.

Ressaltamos também a entrevista com a professora que almeja mudar o nome da escola, mostrando traços de um processo de identidade, assim como a percepção do seu direito enquanto quilombola, pensando na identidade local e coletiva daquela comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho analisamos as questões quilombolas, em especial a Educação Quilombola, foco da nossa pesquisa. Nosso trabalho foi dividido em três capítulos, nos propusemos no primeiro capítulo a tratar sobre a história dos negros, sobretudo a história dos quilombos, realizando um passeio na história até chegarmos os dias atuais e a comunidade Mituaçu.

No segundo capítulo tratamos sobre o currículo, em especial o currículo voltado para a Educação Quilombola, analisamos os documentos norteadores para uma educação de qualidade voltada para as questões quilombolas e suas especificidades.

No terceiro e último capítulo analisamos as práticas curriculares da escola, a partir dos documentos norteadores para a educação, falas e observações, conversando com estes, trazendo os pontos negativos e ressaltando os pontos positivos observados na escola em questão.

Analisamos que de uma forma geral a escola atende parcialmente as questões voltadas para as especificidades quilombolas, ao valorizar a professora mais antiga, ao trabalhar as questões dos negros dentro dos conteúdos de história e quando a escola tem como prioridade empregar pessoas da comunidade.

A Educação Quilombola ainda precisa ser ampliada, de uma forma muito mais ampla a partir de projetos permanentes de valorização e resgate de uma cultura. Através de um trabalho de identidade de pertencimento a um povo, algumas questões devem ser inseridas as práticas pedagógicas da escola, a história do povo quilombola, seus hábitos, costumes, cultura bem como trabalhando o processo de identidade dos alunos, a partir de resgate histórico, fortalecimento e reconhecimento dos mais antigos, como figuras símbolos de referência, as quais precisam ser tratadas com respeito enquanto sujeitos históricos pertencentes aquela comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**- Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012. Disponível em <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em 22/10/2017

_____. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Conferência Nacional de Educação**. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documetos/docu_mento_final_sl.pdf> acesso em: 3 de nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 03/2004** Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>> acesso em: 2 de nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Parecer nº 4.887/2003** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm> acesso em: 2 de nov. 2017.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** -Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em 21/10/2017

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013 2013.

COUTINHO, Ilmara Valois Bacelar Figueiredo, **A tradição africana guarda essa propensão por valorizar a oralidade, encontrando na narrativa de histórias**. Disponível em:< <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/11076/1/Ilmara%20Coutinho%20Parte%201.pdf>> acesso em: 14 de nov. 2017.

GIL, Carlos Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da capitania da Paraíba.** João Pessoa: A União, 1982. Documento para avaliação

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

NASCIMENTO. Elisa Larkin (org). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo: Selo Negro, 2009.

REZENDE-SILVA, Simone. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Revista Nera – Ano 14, Nº. 19 – Julho/Dezembro De 2011 – Issn: 1806-6755

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

1. Identificação da Instituição:

Nome: _____

Endereço: _____

Tipo da Instituição: () municipal () estadual () conveniada () comunitária

2. Dependências da Instituição (quantidade)

Sala de Direção	
Sala de Coordenação	
Sala de aula	
Sala de reuniões	
Sala de leitura	
Sala de Informática	
Sala de professores	
Sala de vídeo	
Sala de AEE	
Secretaria	
Biblioteca	
Pátio coberto	
Pátio descoberto	
Cozinha	
Refeitório	
Banheiros	
Outros. Especificar:	

3. Equipamentos de uso didático-pedagógico existentes na escola: (quantidade)

TV		Aparelho de DVD	
Microsystem/aparelho de som		Computador	
Projeto Multímedia/data-show		Retroprojeto	
Outros. Especificar:			



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

QUESTIONÁRIO PARA AS PROFESSORAS

1. Qual sua área de formação? Em qual instituição você se formou?

2. Em sua formação você estudou sobre os conteúdos de Educação Étnico-racial?

3. Após a graduação você realizou algum outro curso? Qual?

4. Na Instituição há algum programa de formação continuada? Qual? Comente um pouco sobre esta formação:

5. Quais aspectos você considera indispensáveis para a realização do seu planejamento de aula?

6. A instituição escolar a qual você trabalha é considerada uma escola quilombola? Por que?

7. Você considera que a sua formação lhe oferece bases sólidas para trabalhar as questões quilombolas em sala de aula?

8. A instituição tem uma proposta curricular voltada para as questões quilombola?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

QUESTIONÁRIO PARA A GESTORA

1. Há quanto tempo você atua como gestor nesta escola?

2. Qual sua formação?

3. Quais são para você, as principais responsabilidades de um gestor educacional?

4. Quando a Escola Ovídio Tavares de Moraes foi fundada?

5. Quando a origem do seu nome ?

6. Como é a comunidade em torno da escola (participativa, envolvida no funcionamento da escola, etc.)?

7. A instituição tem um projeto político pedagógico? Como foi elaborado ? Por quem?

8. A instituição tem uma proposta curricular voltada para o trabalho quilombola?

9. Na Instituição há algum programa de formação continuada? Comente um pouco sobre esta formação:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

QUESTIONÁRIO PARA A SUPERVISORA

1. Há quanto tempo você atua como supervisora nesta escola?

2. Qual sua formação?

3. Quais são para você, os principais desafios enquanto supervisora?

4. Como é a comunidade em torno da escola (participativa, envolvida no funcionamento da escola, etc.)?

7. Como é realizado o planejamento na instituição?
